

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Aluna: BEATRIZ FIGLINO

Orientador: Prof. Ms. NATALÍCIO BATISTA DOS SANTOS JR.

IMIGRAÇÃO NA ALEMANHA:

TENSÕES CULTURAIS APÓS A REUNIFICAÇÃO

RESUMO O artigo explora como e por que a presença de imigrantes na Alemanha, após sua reunificação em 1989 e a queda do Muro de Berlim, impulsionou tensões e conflitos sociais e culturais no país, encaminhando políticas de imigração para controlar e/ou organizar esse fluxo. O texto utiliza literatura especializada sobre a história da reunificação alemã, as características das políticas governamentais implantadas na Alemanha e seu consequente reflexo sobre o aumento da imigração no país. O artigo apresenta as razões do deslocamento e origens dos imigrantes, além de explicar porque a Alemanha é um polo de atração estrangeiros na Europa. Nesse sentido, o texto explicita a conjuntura dos acontecimentos que envolveram a reunificação alemã e suas consequências para a Alemanha, em contextos de globalização e de expansão da União Europeia.

Palavras-chave: Reunificação Alemã. Políticas de Imigração. Imigração. Xenofobia. Tensões culturais.

ABSTRACT The present article explores the reasons why and how the presence of immigrants in Germany, after its reunification in 1989 when the Berlin Wall fell, boosted tensions as well as social and cultural conflicts in the country, and what are the immigration policies implemented to control and/or organize these flows. The text utilizes specialized literature about the German Reunification's History, the features of German Immigration policies and its consequent results on increasement of immigration in the country. The article exposes where these immigrants come from and why Germany is as attractive polo for them. Thus, the text sets the context of the facts of the German Reunification and its consequences to Germany and to the European Union.

Keywords: German reunification. Immigration politics. Germany. Immigration. Xenofobia. Culture. Cultural conflicts.

Introdução: A imigração no mundo e na Alemanha

Segundo o dicionário de Oxford, “imigração” define-se como a ação de viver permanentemente num país estrangeiro. A definição é simples, mas a imigração envolve muito mais que simplesmente deslocamento, podendo se relacionar, por exemplo, a xenofobia, tensões e marginalização, como será explicitado nesse artigo.

A história da humanidade e o início das imigrações estiveram sempre relacionados: a raça humana é originária do continente africano, mas as imigrações fizeram com que outras culturas surgissem ao longo da História e em diferentes localidades. Desde o início das civilizações, os povos migraram a fim de encontrar melhores condições de vida (Saladini, 2011: 12).

No início das civilizações, os povos imigravam sazonalmente como os chamados “povos bárbaros” para o Império Romano, entre 300 e 800, que imigraram por conta da invasão dos Hunos e por questões climáticas. Ou, ainda, os hebreus que através de Abraão receberam um sinal de Deus dizendo para que imigrassem para Canaã, terra dos cananeus, onde atualmente, é a Palestina. Após 300-400 anos vivendo no Egito como escravos, os hebreus decidiram voltar a “terra prometida” sob a liderança de Moisés, que ocorreu entre por volta de 1250 a.C.

Pelo menos nos últimos três séculos, a imigração é impulsionada, principalmente, por fatores econômicos, em que grupos sociais migram com o objetivo de fugir de situações como crises e pobreza, buscando melhores oportunidades de emprego, ainda que assumam alguns riscos, quando o imigrante for ilegal no país. O deslocamento espacial sempre foi entendido como uma estratégia de sobrevivência. Porém, nem sempre o imigrante encontra uma realidade com melhores condições de vida nos países desenvolvidos e industrializados como, anteriormente, foi imaginada pelos imigrantes. O problema é que aumentam os fluxos de informações sobre os padrões de vida em outros locais, mas nem sempre as oportunidades. Não é de se estranhar que os maiores fluxos são de países subdesenvolvidos para países desenvolvidos e/ou de áreas rurais para áreas urbanas. Nesse sentido,

países como os da América do Norte, da Europa Ocidental, o Japão e alguns países do Oriente Médio são exemplos de áreas de atração de imigração.

No século XXI, os fluxos imigratórios são vistos, pela primeira vez na História, como um problema internacional, julgado como imagem de questões individuais ou coletivas que colocam em xeque o funcionamento do Estado (Batista, 2009). A imigração, no entanto, é mais que um fenômeno social, como explica Batista, pois pode ser um fenômeno político, jurídico, econômico e cultural, em contextos de globalização e avanço da sociedade da informação e em rede.

A condição do imigrante ser, muitas vezes, alvo de preconceitos, intolerância, segregações, explorações econômicas e de organizações criminosas nos países mostra a dimensão problemática do fenômeno internacional. Sinaliza também o quanto há de visões, estereótipos e estigmas a respeito do imigrante.

Para alguns chefes de Estado, a imigração é uma questão de segurança societal, uma vez que o fluxo de imigrantes chama atenção sobre a vulnerabilidade e porosidade das fronteiras nacionais, exigindo dos Estados mais investimento em defesa e policiamento contra o imigrante, neste caso, visto como um indivíduo que traz riscos. Ao tratar o imigrante como ameaça, o Estado coloca-o enquanto perigo transnacional como as ameaças:

não-militares que cruzam as fronteiras e que simultaneamente ameaçam a integridade social e política dos Estados ou mesmo a saúde dos seus habitantes, bem como a sua qualidade de vida. (Garcia, 2006, p. 340).

Se as ameaças transnacionais acompanham fluxos migratórios surgem associações do imigrante com perigo, ameaça, estranho, fora da lei, etc. Nos países mais estabilizados economicamente da União Europeia (UE), a imigração é vista como uma questão de segurança societal, levando-os a reforçar a identidade supranacional europeia, preservar sua homogeneidade e o funcionamento da democracia liberal, aumentando o controle nas fronteiras. Estas posturas, estão diretamente relacionadas ao projeto de integração europeu. Além disso, os movimentos imigratórios internacionais chocam-se com os interesses dos grupos dominantes da globalização e com os Estados nacionais.

Organizações Internacionais chamam atenção para a falta de integração e de políticas migratórias, mas frequentemente são frágeis em promover ações contra as causas da imigração não controlada: pobreza mundial, disparidades econômicas entre países, conflitos políticos e étnicos etc.

A Comissão Global de Migração Internacional (*Global Commission on International Migration*, do inglês) foi criada em 2003 por um grupo de 19 países com o objetivo de promover um debate acerca do tema com Estados e outros atores do sistema internacional. A iniciativa partiu do, então, Secretário-Geral das Nações Unidas, Sergio Vieira de Mello. Países como Alemanha, Brasil, Suécia e Espanha participaram da emissão do relatório de 2005. O relatório, emitido pela Comissão, considera como imigrante as pessoas que vivem fora de seu país de origem por mais de um ano e imigrantes temporários (Patarra, 18: 2006).

Além da Comissão Global de Migração Internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNDU) busca mostrar como a migração pode beneficiar tanto país de origem quanto o de destino. A ONU defende que a via de acesso aos trabalhadores imigrantes seja aberta, funcionando como um dos braços das estratégias de desenvolvimento dos interesses nacionais, regionais e globais para o crescimento econômico.

A Reunificação Alemã

A posição central da Alemanha nos acontecimentos históricos tem suscitado até mesmo o questionamento sobre a validade para a Alemanha do termo “curto século XX”, cunhado por Eric Hobsbawn. Com efeito, entre 1917 e 1990, ou seja, os marcos fixados pelo historiador britânico para o século passado, foram tantos os eventos de alcance regional e mundial gerados por alemães ou ocorridos a partir da Alemanha que, do ponto de vista do país, poderia se falar de um “largo século XX” (CÂMARA, 2013, p.93).

A queda do muro de Berlim guarda grandes significados para a Alemanha, para o espírito europeu e para a sociedade ocidental (representada pelos valores da Europa Ocidental e da América do Norte). A divisão da Alemanha e de sua capital pelas duas potências do conflito Leste-Oeste – representado por EUA, no lado Ocidental, e pela URSS, no lado Oriental – foram justificados, por muitos, como uma “punição pelo seu passado” e assim, era vista como adequada e justa. Porém, quando a revolução popular para a

reunificação do país emergiu e teve seus êxitos, o povo alemão pôde, finalmente, se reunificar. Essa foi a primeira revolução pacífica plenamente consumada na História do povo alemão. Essa aspirava a reunificação alemã e consolidação da República de Berlim e, por isso, se deu através de uma revolução de baixo (*Revolution von unten*), cujo clamor era *Wir sind ein Volk* (“Nós somos um povo”), clamando unidade do povo (CÂMARA, 2013, p. 106).

O espírito europeu também obteve vitória. Ainda que dividida, a Alemanha tem posição central na geopolítica europeia, sendo um Estado industrial e comercial e que comanda o contrato do euro. E, ainda, o lado ocidental, o defensor dos valores de liberdade, saiu como vencedor da Guerra Fria, sem a ocorrência de conflito direto entre as duas potências. Os simbolismos por trás da queda não se resumem apenas a política e a economia. Percebeu-se que o mundo havia ficado muito mais complexo que uma “simples” batalha entre as ideologias do socialismo e do capitalismo, e que ainda havia outros muros e a serem derrubados, como preconceitos, pobreza, desigualdade de gênero, xenofobia, subdesenvolvimento, etc.

Após a reunificação alemã, estabeleceu-se a República de Berlim e, por isso, mudanças em nos campos político, econômico, comercial e social deveriam ser realizadas. A República de Berlim passa a ser um Estado plenamente soberano – não mais influenciado pelas políticas de Washington e Moscou –, responsável pelo próprio destino e tendo de superar o abismo entre Leste e Oeste gerados na Guerra Fria (Bahr apud Câmara, 2013: 122). Para tais efeitos, o estabelecimento de linhas diplomáticas e a reconciliação com seus vizinhos seriam essenciais para que o novo Estado tivesse a mesma credibilidade da República Federal Alemã (RFA), o bloco ocidental, na comunidade internacional.

Em relação às adaptações políticas, é necessário primeiramente compreender que a Alemanha passou de Estado isolado para peça-chave na União Europeia (UE). O fim da ordem bipolar aumentou as possibilidades externas para a atuação alemã. Para isso, dedicou-se a ser um Estado de liberdade no continente, tendo aliados na Europa Ocidental e parceiros na Europa Oriental (Pfetsch, 1997).

A Política para a Europa Oriental (*Ostpolitik*) apoiou os países da região leste, antes percebidos como ameaças, na transição da ditadura socialista para

estruturas politicamente livres. Dessa forma, os acordos bilaterais do Pacto de Varsóvia (1955) foram mantidos porque tratavam de princípios do Direito Internacional. A política para a Europa Ocidental deu-se através da admissão de novos membros na UE. Isso implicaria na reestruturação de seus órgãos políticos para ampliar o federalismo e a democracia, além de intensificar a integração e estabilizar o comércio internacional do país. Em relação a parcerias transatlânticas, a Alemanha buscou um entendimento com os EUA acerca de questões de segurança e de interesses econômicos.

Novos temas estratégicos na orientação da Política Externa Alemã são a interdependência, o engajamento militar na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização do Tratado do Atlântico (OTAN) e abertura para o Leste. Logo nas primeiras décadas de seu estabelecimento, a Alemanha já havia tornado-se uma potência ao alcançar o desenvolvimento econômico a partir da economia social de mercado e dos estados de bem estar social. Além disso, as forças militares soviéticas retiraram-se, diminuindo as ameaças do leste europeu.

O Plano Marshall (1947) e o estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia (1957) já haviam sinalizado a recuperação da estrutura alemã no pós-guerra, gerando renda através de importações de produtos cobertos pelo plano e produção robusta do mercado dentro da comunidade. Os recursos antes destinados à Rússia foram destinados à Alemanha, aperfeiçoando o mercado interno e surgindo o esforço para a união monetária. Além disso, na gestão de Gerhard Schröder (1998 - 2005), ocorreram reformas de cunho modernizador, visto que a Alemanha havia ficado anteriormente no comando de conservadores, a fim de equilibrar econômica, política e comercialmente a ex República Democrática Alemã (RDA) com a República Federal Alemã (RFA).

Com a Alemanha reunificada, Schröder passou a colocar em prática projetos para a conscientização do passado alemão a fim de harmonizar as duas narrativas históricas. Por isso, passou-se a construir monumentos para a memória coletiva, a elaborar nova identidade e fortalecer do consenso-liberal-democrático. Tiveram destaques projetos como a restauração do *Reischstag* (sede do *Bundestag*, o Parlamento alemão) e a construção do prédio do

Palácio da cidade (residência da casa real prussiana) no lugar do antigo Palácio da República construído pela RDA.

A sociedade da ex-RDA era aterrorizada pela espionagem e pela delação e, assim, era preciso que se adaptassem à nova realidade, garantida pela reunificação e pela consolidação de valores liberais na Alemanha. Os cidadãos da ex-RDA foram introduzidos a uma sociedade competitiva, dependente de redes de produção globalizada e com memória coletiva de nação alemã integral. A competitividade a qual deveriam se adaptar não era apenas interna, mas, principalmente, internacional. Com o objetivo de aperfeiçoar o mercado europeu, a união monetária foi estabelecida com liderança da Alemanha no processo. Para que outros Estados entrassem no acordo monetário, teriam de aceitar as condições como estas: o euro seria administrado pelo Banco Central da Alemanha (BCE), o atual Banco Central Europeu; cada Estado é responsável por suas dívidas públicas, mantidas sob o princípio da “disciplina orçamentária”, ou seja, o BCE não se torna um prestador de última instância. As condições eram rígidas, mas os Estados aceitaram a moeda comum porque renunciaram a possibilidade de desvalorização frente ao compromisso alemão para a integração regional.

O que se observou após a introdução da moeda do euro em 2002 (o planejamento da introdução do euro foi finalizado em 1999), foram políticas contracionistas nos países de centro e expansionistas nos países de periferia. Na Alemanha, por exemplo, Schröder teve de reestruturar os gastos públicos em sua gestão, inclusive o sistema previdenciário, para equilibrar economicamente ex-RDA à RFA, o que deixou a Alemanha em déficit. Além disso, o descompasso com os vizinhos europeus e com a globalização resultou em queda do desempenho alemão no final dos anos 1990. A solução mais plausível para diminuir o déficit seria a adoção de uma política mais contracionista. Em 2003, ainda, Schröder montou um plano de reformas para serem feitas até 2010, encorajando a indústria a aumentar a produtividade através de estímulos como limitação da progressão salarial e cortes na ajuda social ao desemprego.

Com o advento da crise do *subprime* nos EUA a partir do estouro da bolha imobiliária, em 2007, e a consequente falência do banco de investimentos Leehman Brothers em 2008, o Euro demonstrava riscos por

conta da interdependência do sistema financeiro. Países como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, logo após sua adesão na zona do euro, foram os países que adotaram as políticas expansionistas. Esses países, segundo Câmara (2003, p. 269), enxergavam a adesão à união monetária como oportunidade para crédito barato, uma vez que não havia punição física para o desrespeito da disciplina orçamentária. Por isso, preferiram os empréstimos aos aumentos de carga tributária para lidar com as contas públicas e, mais tarde, observou-se que esses foram os primeiros países a se prejudicarem com a crise.

Políticas de imigração na Alemanha e na União Europeia

O grande fluxo de imigrantes na União Europeia (UE) e a sua expansão territorial e política, no fim do século XX, ocorreram simultaneamente, trazendo aspectos sociais e econômicos negativos, promovendo iniciativas políticas regionais para administrar o número de imigrantes. Ou seja, a UE passou a se encarregar das políticas de migração dos seus Estados membros. Nesse sentido, a noção de cooperação para resolver problemas internacionais como a imigração é a característica que se deseja observar na construção de políticas migratórias. Além disso, a UE surgiu como um ambiente para a produção de políticas públicas para a migração, reproduzindo laços cooperativos entre os Estados.

Os imigrantes adquirem, no novo território, alguns direitos econômicos, sociais e culturais, porém não políticos. Em outras palavras, a cidadania não é garantida: a cidadania é a ideia de pertencimento a uma comunidade e de filiação a uma identidade nacional (Leão, 2012). Nesse sentido, o estrangeiro não é considerado como cidadão completo no país acolhido, seria apenas um “quase cidadão”, muitas vezes, porque é visto como ponto focal dos problemas sociais e econômicos num país, desarticulando os laços de solidariedade, uma vez que se teme atos radicais relacionados a violência e terrorismo e, por isso, são segregados.

Na Alemanha, parte da população conseguiu estabelecer pontes entre sua cultura e a estrangeira, como os iugoslavos, facilitando a integração na sociedade. Segundo Emmanuel Todd (apud Leão, 2012: 33), essa ponte seria

a característica diferencial da Alemanha na assimilação de grupos etnicamente e culturalmente conectados aos alemães. Mas e quanto aos outros? Há grupos, como os turcos, que são reconhecidos como culturalmente diferentes e, dessa forma o processo de integração fica incompleto.

Sobre as leis de imigração na Alemanha, há diferentes formas de estabelecer laços com o país: os imigrantes que possuem laços sanguíneos com o país recebem cidadania; os que são considerados culturalmente semelhantes, como os provenientes do leste europeu, são assimilados econômica e socialmente com mais facilidade; já os considerados culturalmente diferentes, geralmente passam a ser segregados em locais pobres das cidades, porque o custo de vida é menor, então, surgem guetos, fazendo com que o imigrante seja associado a pobreza e criminalidade. Em 2009, a UE estabeleceu uma política de imigração comum na Europa (*Common Immigration Policy for Europe*), a qual o Parlamento institui que as áreas comuns que devem nortear essa política são a prosperidade e a solidariedade (Leão, 2012: 61).

Segundo Leão (2012: 40), entre 1950 e 1970, a Alemanha necessitou de mão de obra barata e temporária para se reconstruir, juntamente com financiamentos do Plano Marshall, após o caos das duas guerras mundiais e, por isso, gerou o *Gastarbeiterprogramm*, ou programa para trabalhadores convidados, através de acordos feitos para políticas de recrutamento de trabalhadores de países como Itália, Turquia e Iugoslávia. Mas, a crise de 1970 não possibilitou que esses imigrantes retornassem para seus países de origem e eles permaneceram no novo território. Gradualmente, esses trabalhadores temporários incluíam-se no mercado e trabalho e nos sistemas de seguridade social e de educação da Alemanha. É importante realçar que procurou-se por trabalhadores temporários porque esses contribuiriam para a economia ao mesmo tempo que não seria necessário ampliar a educação e a saúde para eles.

A partir dos anos 1990, porém, a contenção de fluxos migratórios a fim de manter os níveis de desenvolvimento torna-se perceptível. A ausência de políticas migratórias e de processos de integração desses imigrantes conduzem a questões sociais (baixas taxas de emprego, piores condições de trabalho e de moradia, por exemplo) e culturais (mudança das noções de

identidade e cultural nacional, e competição por benefícios sociais). No fim dos anos 1990, iniciam-se propostas de cooperação entre os países que recebem imigrantes na Europa e, por isso, a imigração passou a ser encarada no âmbito nacional e percebida como um problema temporário que seria cessado a partir de medidas de contenção de fluxo, principalmente, de trabalhadores pouco qualificados.

Os países emissores de imigrantes possuem pouca mão de obra qualificada e essa migra ao ser atraída pelas condições de vida nos países desenvolvidos – fenômeno nomeado de *brain drain* –, onde existem maiores incentivos e salários mais altos.

A partir de 1991, as leis de imigração da Alemanha foram suavizadas a fim de atrair mão de obra e promover integração de imigrantes. Dentre elas, o tempo para a naturalização foi diminuído para 8 anos de permanência no país, mas ainda é necessário o conhecimento do idioma alemão. E a partir de 1999, os filhos de imigrantes que residiam na Alemanha há mais de 8 anos passaram a ter a garantia da cidadania alemã, porém os maiores de 23 anos devem escolher apenas uma das cidadanias (a alemã ou a de seu país de origem). Além disso, os imigrantes passaram a ter acesso a saúde e a educação pública gratuita, assim como os cidadãos naturais, e auxílio financeiro para subsistência em caso de doença, gravidez ou incapacidade (Leão, 2013: 62).

No dia 1º de janeiro de 2005, entrou em vigor a lei de imigração na Alemanha, incluindo questões como a entrada de imigrantes e residência no país (*Aufenthaltsgesetz*) e asilo. A entrada no país ainda depende do visto nacional, que varia de acordo com o país de origem, e pode ser convertido em visto de residência (para estadias longas) ou em autorização de residência (para estadias curtas), segundo informações contidas no *website* do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

O visto de residência só é emitido para fins previstos na lei, como trabalho remunerado, educação, direito internacional ou razões políticas, humanitárias e familiares. Já a permissão de residência é emitida nos casos em que o estrangeiro tem autorização de residência por cinco anos e atende aos requisitos (como renda segura, ausência de antecedentes criminais e conhecimento adequado do idioma alemão), e pode ser emitida com mais rapidez se for um trabalhador qualificado que possua o *blue card* da UE.

O *blue card* é parecido com a permissão de residência, mas é emitido apenas a trabalhadores qualificados, pois tem o objetivo de atrair mão de obra qualificada para a UE – uma vez que os trabalhadores qualificados de fora da UE migram para Austrália, Canadá e EUA – a fim de incentivar o crescimento econômico sustentável e combater o envelhecimento da população e seus decorrentes problemas demográficos. Os candidatos ao *blue card* devem, por isso, ter ensino superior. Todos os países da UE, com exceção da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, participam do plano do *blue card*. O plano oferece condições de trabalho e salários iguais aos dos nacionais, direitos socioeconômicos, condições para a reunificação familiar, perspectiva de residência permanente e liberdade de associação, porém é necessário possuir contrato válido ou concorrer à proposta de trabalho na UE.

A permissão de residência também é cedida a estrangeiros que estejam no país para fins educacionais ou de formação, mas essa deve ser renovada após um ano e durante o curso. Após a formação, o estrangeiro pode renovar sua permissão por mais um ano a fim de procurar emprego, mas não está autorizado a trabalhar por conta própria. Permissões de residência também são emitidas para aqueles que querem fazer algum curso de língua sem seguir a carreira acadêmica.

Para os trabalhadores autônomos, o caso é analisado considerando a existência de interesse em determinada região ou negócio específico bem como o impacto na economia e na garantia de financiamento. Pesquisadores também têm direito a autorização de residência, sendo necessário fazer a pesquisa a partir de algum centro de pesquisa reconhecido pelo Serviço Federal de Imigração e Refugiados da Alemanha, emitindo um “acordo de admissão” entre o pesquisador e o centro de pesquisa. Nos casos de asilo político por perseguição não estatal, a autorização de residência é concedida. Para a imigração posterior dos membros da família e filhos, deve-se ter visto, autorização ou *blue card* e espaço suficiente para acomodar a família. Sobre a migração do cônjuge, ambos devem ter no mínimo 18 anos e o cônjuge deve ter, no mínimo, conhecimento básico da língua alemã. E se forem crianças migrando, devem ter até 16 anos, pois aos jovens entre 16 e 18 anos, é concedida a permissão de residência em caso de dificuldade ou se suas perspectivas de integração são consideradas boas.

A propósito, a integração é um processo de longo prazo, tendo por objetivos: integrar pessoas que vivem legal e permanentemente na Alemanha e conceder a igualdade de acesso, sendo que os imigrantes devem ser capazes de participar plenamente e de maneira igualitária em todas as áreas da sociedade, além de ter o dever de aprender alemão e conhecer e respeitar a constituição e a legislação. Aqueles que concluem o curso de integração (curso do idioma local lecionado em alemão) podem ter tempo reduzido para esperar a autorização de residência ou cidadania se desejada.

Tensões, intolerância e conflitos

Em *O medo dos bárbaros* de Tzvetan Todorov, o autor explica duas formas utilizadas para “caracterizar” indivíduos ou sociedades: o bárbaro e o civilizado. Na Grécia antiga, bárbaro era todo estrangeiro que não dominava a língua e a cultura local e, por isso, vários estereótipos tornaram-se intrínsecos aos estrangeiros por não se compreender sua forma de vida diferente. Por exemplo: como os estrangeiros não dominavam a língua grega, eles eram associados a animais, uma vez que esses não falam; o sacrifício humano para a adoração de entidades divinas representava, para os gregos, uma ruptura entre eles próprios e outros homens; os bárbaros recorriam à violência e à guerra para resolver divergências, pois, para os gregos, os bárbaros não reconheciam a humanidade dos outros e não tinham capacidade de negociação; se isolavam e viviam apenas com seus parentes de sangue e, para os gregos, os bárbaros não eram capazes de viver em sociedade, mas na realidade, os estrangeiros (bárbaros) não compreendiam a ordem social grega.

Ao ter contato com os Outros, os gregos julgavam-se civilizados, uma vez que, diferente dos bárbaros: dominavam a língua, sabiam reconhecer plenamente a humanidade dos outros, sabiam negociar, viviam em sociedade e em democracia (civilização combina com democracia, pois existe o reconhecimento de direitos iguais aos indivíduos), respeitando as normas. Porém, considerar-se o único grupo propriamente humano e permanecer deliberadamente fechado em seu meio original (como os gregos faziam ao excluir os estrangeiros), também são consideradas atitudes de barbárie. Por isso, nenhum indivíduo ou sociedade pode se considerar inteiramente

civilizada. Reconhecer a pluralidade, colocar-se no mesmo plano dos outros e ter leis que tratam as pessoas de maneira igualitária sem distinção étnica, religiosa e de gênero (como a democracia) são comportamentos associados a civilização – mas os gregos não reconheciam a pluralidade, não se colocavam no mesmo plano dos outros e não possuíam leis que tratavam as pessoas de maneira igualitária. Então, a exigência moral, nesse sentido, é levar os membros de um grupo a compreender a identidade do estrangeiro, ampliando o círculo da humanidade e reconhecendo que a pluralidade das culturas não impede a unidade humana.

Por ser tratada como incompreensível, a cultura dos estrangeiros (bárbaros) é considerada inexistente sendo associada a estereótipos e más interpretações. Há casos em que o imigrante é reprimido e essa repressão é sentida como hostilidade, desembocando em revolta e repressão, formando um ciclo vicioso. A população imigrante quando identificada pelo povo nativo, é considerada uma maioria distinta com aparência, língua e costumes diferentes, mas iguais entre si, ou seja, desconsidera-se a identidade individual. Assim como a identidade individual, a identidade cultural está em perpétua transformação. Qualquer sociedade e Estado são multiculturais, não existindo cultura pura: as culturas nunca foram puras, pois nascem do entrelaço de traços culturais advindos de outros povos, a partir do encontro destes, desenhando um equilíbrio instável. No entanto, a cultura é considerada por seus membros como entidade estável e distinta e, conseqüentemente, qualquer mudança que afete a cultura é considerada um atentado a integridade por fragilizar o sentimento de existir do indivíduo (Todorov, 2010: capítulo 2).

A União Europeia (UE) é uma realidade jurídica, econômica e administrativa, mas não desempenha papel na política internacional de primeiro plano, pois essa ainda é função dos Estados-membros. A UE tinha como objetivo unir os Estados considerados europeus e formar uma identidade europeia, unificada, coesa e complexa. A decepção surge a partir do momento em que os Estados interessam-se mais pelo fim das tarifas alfandegárias que pelo projeto europeu, uma vez que a Europa em si é diversa, havendo pluralidades regionais e nacionais, sendo a história de cada País diferente. No entanto, a UE só foi possível porque os membros aceitaram a diversidade dos outros, ainda que uma diversidade selecionada criteriosamente em que a forma

mínima de convivência e de coexistência seja a tolerância, por isso não acolhe qualquer entidade estrangeira.

Em agosto (2014), medidas propostas em junho para enrudecer a imigração foram aprovadas na Alemanha. O Conselho de Ministros, liderado pela Chanceler Angela Merkel, aprovou a retirada de benefícios sociais dos imigrantes que abusam desses. Para Humberto Penincheiro, Conselheiro de comunidades portuguesas na Alemanha, essa política é voltada para imigrantes de maioria cigana do Leste Europeu, local onde o mercado de trabalho encontra-se fragilizado.

A medida busca retirar benefícios de famílias imigrantes, acabando com a “fraude social”. O governo alemão paga 184 Euros para cada descendente de imigrante, o *Kindergeld* (benefício da criança), e muitos imigrantes registram seus filhos mais de uma vez para receber tais benefícios, ou mantêm os filhos fora da Alemanha, mas os registram no país a fim de conseguir a assistência.

Além disso, aqueles que abusam da livre circulação de trabalhadores na UE não podem voltar à Alemanha. A livre circulação na região concede ao imigrante o visto de residência por 03 meses e a partir de agosto, a autorização de residência só será concedido aos imigrantes empregados (Alemanha, Entry and Residence, 2010).

A medida foi aprovada pelos Ministros do Interior e pela Ministra do Trabalho, Thomas de Maizière e Andrea Nahles, ao apresentarem um documento para a imprensa no mês de junho com o título “Questões jurídicas e desafios no uso do sistema de segurança social por parte dos cidadãos dos Estados-membros da UE” (Outras Mídias, 2014). De Maizière afirmou que os imigrantes da Bulgária e da Romênia constituem apenas 0,7% do grupo que recebe prestações sociais na Alemanha porque, geralmente, essas pessoas se deslocam para estudar ou trabalhar. Desde janeiro de 2013, búlgaros e romenos não precisam de contrato de trabalho para entrar na Alemanha e, caso não encontrem emprego no prazo de 3 a 6 meses, o imigrante será expulso do país por tempo indeterminado. Porém, o Ministro acrescentou que há regiões em que o número de cidadãos do Leste Europeu desempregados obriga o envio de pacotes de apoio para possibilitar o acesso aos sistemas de educação e de saúde. Para ele, a imigração (que obteve a taxa mais alta em 2013) é uma “boa notícia”, principalmente quando esses imigrantes vão para

trabalhar, estudar ou contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento do país, mas afirmou que a Alemanha não pode fechar os olhos aos problemas ligados a imigração.

A Alemanha enfrenta redução da disponibilidade de profissionais com nível técnico e superior completo. Áreas como a da saúde, da indústria e de serviços sofrem falta de mão de obra, havendo, por exemplo, grande procura por maquinistas e encanadores. Além disso, a população alemã está em decréscimo tornando a mão de obra estrangeira necessária. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, houve várias ondas de imigração para a Alemanha e a mais recente é uma consequência da crise global. Os grupos que mais migraram para a Alemanha nos últimos quatro anos foram os romenos (205,026), búlgaros (118,759), polacos (532,375), italianos (529,417), gregos (298,254) e portugueses (cerca de 120 mil), segundo a tvi24.

Considerações finais

A imigração sempre esteve presente na história das civilizações. O contato com outros povos com diferentes modos de vida, crenças, língua tradições, pode trazer estranhamento e choques ou até mesmo levar a más interpretações que suscitam a formação de estereótipos que levam o indivíduo a olhar o Outro com distorções e preconceitos. Na Grécia Antiga, o imigrante era associado ao bárbaro, mas no século XXI, o imigrante é associado a violência e à insegurança.

Por isso, a questão da imigração (principalmente a imigração ilegal) tornou-se um debate de securitização, porque as ameaças transnacionais acompanham fluxos de imigração. Mas, além disso, a entrada de outra cultura num país pode representar, para os nativos, uma desestabilização na identidade local, que é julgada como estável e pura, o que pode causar tensões e conflitos e, ainda, a não integração desses indivíduos pode trazer problemas como desemprego, pobreza e segregação.

Com o fim dos conflitos bélicos das duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), o continente europeu estava devastado, assim como seus mercados e economias. Como estratégia de longo prazo, os EUA financiaram a reconstrução do continente a fim de continuar os fluxos comerciais. Nesta

perspectiva, a Alemanha necessitou de mão de obra imigrante, já que seus civis haviam morrido no conflito, incentivando relações comerciais com alguns países a partir do “programa de trabalhadores convidados”, o *Gastarbeiterprogramm*. Não houve preocupação com a integração desses imigrantes, porque se pensou que eles viriam para o país a fim de trabalhar e mais tarde voltariam para seus países de origem. No entanto, esses imigrantes permaneceram no país, assim como as gerações seguintes que, atualmente, se encontram no território alemão.

Após a reunificação da Alemanha, com a queda do Muro de Berlim em 1989, a antiga República Democrática Alemã (RDA), bloco socialista, estava em descompasso econômico com a República Federal Alemã (RFA), bloco capitalista, e por isso foram necessários investimentos para equilibrar os dois lados do país. Nesse sentido, a Alemanha passou a incentivar a imigração para suprir essa demanda e acompanhar o desenvolvimento econômico do continente europeu e do mundo.

Para regular esse fluxo de pessoas, o Governo Alemão estabeleceu e renovou leis relativas à residência, cidadania e nacionalidade, dependendo do motivo da imigração (trabalho, estudo, família, etc), tempo que pretende permanecer, ligação com o país (filho de imigrante ou filho de alemão, por exemplo) e país de origem. Em alguns casos, a entrada desses imigrantes, porém, produziu tensões, desestabilizando a sociedade e o bem-estar. É necessário que se compreenda a diferença do Outro, desconstrua estereótipos e integre esses imigrantes na sociedade a fim de minimizar tensões e acolher os diferentes para que não haja segregação. O reconhecimento da humanidade do Outro é essencial para tal, tornando os homens mais próximos da solidariedade e mais distante da violência.

Referências bibliográficas:

CÂMARA, Marcelo P.S. **A política externa alemã na República de Berlim**. Brasília: FUNAG, 2013. 326 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1049-Politica_externa_alema.pdf>. Acesso em: 01 set. 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986. Capítulo 1.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. 237pp.

Referências de periódicos em meio eletrônico:

ALEMANHA: adeus aos imigrantes pobres. **Outras mídias**. [S.I.], mar. 2014. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/alemanha-adeus-aos-imigrantes-pobres/>>. Acesso em: 01 set. 2014.

ALEMANHA. Entry and Residence. **Federal Foreigner Office**. Out. 2010. Disponível em: <http://www.auswaertiges-amt.de/sid_7755A7B232CAF178CF07B4B11B2511D1/EN/EinreiseUndAufenthalt/Visabestimmungen_node.html>. Acesso em: 01 set. 2014.

_____. Immigration Act. **Federal Foreigner Office**. Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.auswaertiges-amt.de/EN/EinreiseUndAufenthalt/Zuwanderungsrecht.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

ALEMANHA: lei anti-imigrantes “provavelmente irá atingir” portugueses. **tví24**. [S.I.], mar. 2014. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/alemanha-imigrantes-imigracao-portugueses-tvi24/1547744-4071.html>>. Acesso em: 01 set. 2014.

ALEMANHA quer punir abusos dos imigrantes às prestações sociais. **Público**. [S.I.], mar. 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/alemanha-quer-punir-abusos-dos-imigrantes-as-prestacoes-sociais-1629853>>. Acesso em: 01 set. 2014.

APESAR da crise, imigrantes não querem voltar. **BBC**. Brasília, set. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090907_pesquisa_imigracao_bbc_rw.shtml>. Acesso em: 01 set. 2014.

CRISE europeia gera maior imigração para a Alemanha em quase 20 anos. **Deutsche Welle**. [S.I.], maio 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/crise-europeia-gera-maior-imigracao-para-alemanha-em-quase-20-anos/a-16797192>>. Acesso em: 01 set. 2014.

FUCHS, Richard. **Estudo** mostra discriminação contra imigrantes no mercado de trabalho alemão. **Deutsche Welle**, [S.I.], mar. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/estudo-mostra-discriminacao-contra-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-alemao/a-16797192>>.

imigrantes-no-mercado-de-trabalho-alem%C3%A3o/a-17529344>. Acesso em: 01 set. 2014.

POPULAÇÃO da Alemanha cresce graças a imigrantes. **Deutsche Welle**. [S.l.], jan. 2012. Disponível em: < <http://dw.de/p/13jR9>>. Acesso em: 01 set. 2014.

PRINCIPAIS fluxos migratórios no fim do século XX e início do século XXI. **Revista Eletrônica do Vestibular**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 2009. Disponível em: < http://www.revista.vestibular.uerj.br/questao/questao-discursiva.php?seq_questao=196>. Acesso em: 01 set. 2014.

VIEGAS, Patrícia. Alemanha quer endurecer regras para imigrantes. **DN Globo**. [S.l.], mar. 2014. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3779982&seccao=Euro pa>. Acesso em: 01 set. 2014.

Referências de artigos em meio eletrônico:

BATISTA, Vanessa Oliveira. **O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória**. In: Revista Versus, v. 3, p. 68-78, 2009. Disponível em: <<http://www.ladih.org/wordpress/wp-content/uploads/2010/10/O-FLUXO-MIGRAT+%C3%B4RIO-MUNDIAL-E-O-PARADIGMA-CONTEMPROR+%C3%A9NEO-DE-SEGURAN+%C3%A7A-MIGRAT+%C3%B4RIA.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2014.

BRANCANTE, Pedro Henrique; REIS, Rossana Rocha. A "securitização da imigração": mapa do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2014.

CARDOSO, ARNALDO FRANCISCO. Migrações internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 16, n. 2, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2014.

D'ADESKY, Jacques. Imigração interna e controle de estrangeiros, p. 176-186. In: Série Caderno do CEJ, vol. 24. 2003. 272 p. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo06.pdf>> Acesso em: 01 set. 2014.

LEÃO, Augusto Veloso. **O debate midiático sobre políticas públicas para imigração na Alemanha, Suíça e Áustria**. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-08-20_Augusto_Veloso_Leao.pdf>. Acesso em: 01 set. 2014.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estud. av.**, São Paulo, v.20, n. 57, Ago. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002> Acesso em 01 set. 2014.

PFETSCH, Frank R.. A Política Externa da Alemanha após a reunificação. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 40, n. 1, jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2014.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. **Rev. bras. ciênc. soc.**, São Paulo, v. 2, Selected Edition, 2006. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2014.

SALADINI, Ana Paula S. Trabalho e imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais. **Universidade Estadual do norte do Pará**, Jacarezinho, 2011. P. 12-42. Disponível em: <http://uenp.edu.br/index.php/home-doc-oficiais-uenp/doc_view/1964-ana-paula-sefrin-saladini>. Acesso em: 01 set. 2014.

SANTOS, Maria Helena de Castro. O processo de democratização da terceira onda de democracia. **Mundorama**, [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/02/28/o-processo-de-democratizacao-da-terceira-onda-de-democracia-quanto-pesam-as-variaveis-externas-por-maria-helena-de-castro-santos/>>. Acesso em: 01 set. 2014.

UNIÃO EUROPEIA. Blue Card. **Rede do Cartão Azul UE**. Out. 2007. Disponível em: <<http://www.apply.eu/pt/Cartao-Azul/>>. Acesso em: 01 set. 2014.